

**AO JUÍZO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS, DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DO XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

FULANO DE TAL, brasileiro, menor impúbere, nascido em XX de XX de XXXX, inscrito no CPF: XXXXX, representado por sua genitora, **FULANA DE TAL**, brasileira, divorciada, recepcionista, portador da cédula de identidade nº XXXXX, inscrita no CPF nº XXXX, Whatsapp/Celular: (XX) XXXX E-mail: XXXXXX@gmail.com, ambos residentes e domiciliados na Q XX, Conjunto XX, Lote XX, XXXXXX, DF, CEP: XXXXXXXX (residência da genitora da representante e avó da criança) vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX**, ajuizar:

**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C
ALIMENTOS**

em desfavor de **FULANO DE TAL**, brasileiro, solteiro, autônomo, inscrito no CPF sob nº XXXXXXX, residente e domiciliado na QN XX, Conjunto XX, XXX, XXX, CEP: XXXX e endereço profissional na QR XXX, Conjunto XX Lote XX, XXXX, Razão Social: XXXX, XX, X, CEP: XXX, telefone: (XX) XXXXXXX, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I - DOS FATOS

O autor, apesar de ser filho do Requerido, nunca teve o reconhecimento de seu vínculo. A genitora do autor e o réu tiveram um relacionamento breve no ano de 2017. Como fruto desta relação nasceu a criança, **FULANO DE TAL**, atualmente com 3 anos e 11 meses de idade.

FULANO E FULANA eram conviventes. A relação do casal era um pouco conturbada e, com isso, a Sra. decidiu em pôr fim na relação. Posteriormente, em dezembro de 2017, a representante do autor descobriu a gravidez.

A Genitora informou ao Requerido de sua gravidez, pois já não estavam mais juntos. Com isso, o Requerido disse que a ajudaria com todas as despesas necessárias para a manutenção da criança.

Ocorre que a Genitora, enquanto estava em sua gestação, sempre chamava o Requerido para participar dos exames de ecografia e demais consultas médicas. Este, todavia, nunca compareceu.

O tempo foi passando e a criança nasceu em meados de agosto de 2018. A Genitora informou do nascimento para o Sr. fulano, quando o mesmo, por sua vez, disse que iria registrar a criança, o que, entretanto, não ocorreu.

A Representante do autor perguntou ao Requerido se este achava necessária a realização do teste de paternidade. O Sr. fulano sempre informou à Genitora que não era necessário, pois ele reconhecia a paternidade.

Após 13 dias de nascimento da criança e sem o Requerente se manifestar sobre o registro, a Genitora decidiu por registrar a criança sem a presença do Sr. fulano.

O Sr. fulano, mesmo reconhecendo a paternidade informalmente, nunca ajudou financeiramente a Requerente desde que a criança nasceu e o contato que tem com o filho não é contínuo.

A Genitora não vê outro meio para garantir os direitos da criança, tendo em vista que já realizou diversas tentativas com o Requerente e todas sem sucesso, razão pela qual move a presente ação.

II- DA NECESSIDADE DE ALIMENTOS

A parte autora possui a seguintes necessidades básicas mensais:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Alimentação	
Vestuário	
Saúde/Farmácia	
Água e luz	
Transporte Escolar	
Lazer	
TOTAL	

O gasto mensal totaliza R\$ xxx (xxxxxxxxx) e a representante da parte autora

não possui a capacidade de supri-lo suficientemente, de maneira que a qualidade de vida da criança está comprometida.

III- DAS POSSIBILIDADES DA GENITORA

A genitora exerce a profissão de recepcionista e sua renda mensal é de aproximadamente R\$xxxxx (xxxxxx).

Diante de todo o exposto e conforme o Contracheque da Requerente anexo aos autos observa-se que o valor percebido mensalmente não contempla todas as necessidades do filho.

Logo, a contribuição do Requerido, com valor condizente com as suas possibilidades, torna-se imprescindível para o sustento do Requerente.

IV- DAS POSSIBILIDADES DO GENITOR

A Requerente não sabe informar qual a atividade laborativa do Requerido, portando, postula-se pela fixação de alimentos de acordo com o salário mínimo atual.

Posto isto, a Requerente postula a fixação de alimentos no importe de **30% (trinta por cento) do salário mínimo.** O valor deverá ser depositado na conta poupança de titularidade da genitora do menor, até o dia 10 de cada mês, a saber: **CPF nº XXXX, Agência n. XXX, Conta Poupança n. XXX, operação XXX, Caixa Econômica XXXXXX**

V- DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS

Diante da presunção da paternidade (documentos anexos, notadamente as fotos e testemunhas arroladas) e de provas que serão realizadas oportunamente suficientes a comprovar o parentesco, em especial o exame de DNA, fica configurado o direito ao pedido de alimentos provisórios, para fins de garantir o sustento da criança enquanto pendente o litígio, por força da Lei 5.478/68:

Art. 4º As despachar o pedido, o juiz fixará desde logo alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita

Art. 13, § 3º. Os alimentos provisórios serão devidos até a decisão final, inclusive o julgamento do recurso extraordinário. Trata-se de necessidade inequívoca a ser suprida pela fixação de tal provisão legal, face à dificuldade financeira enfrentada pela genitora da menor.

Caso se entenda não haver prova suficiente para a fixação de alimentos provisórios, requer a reapreciação da tutela de urgência após o resultado do exame de DNA.

VI- DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O direito de se ver reconhecida a filiação biológica é amparado pela Constituição Federal, que em seu art. 227, § 6.º dispõe:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

O direito do autor também se encontra fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe em seu artigo 27 que o reconhecimento de paternidade é um direito personalíssimo e indisponível da criança:

Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

Tal garantia está igualmente amparada pela Lei nº 8.560/1992, que assegura em seu artigo 2º-A que, “na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos

fatos”.

Por fim, é importante asseverar que o ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei 8.560/92 e a jurisprudência do STJ, estabelece a presunção de paternidade caso haja negativa do réu em submeter-se ao exame de DNA:

Art. 2.º-A (...)

§ 1º. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético - DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório.

Súmula 301 do STJ: Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade.

Ademais, em razão do poder familiar, cabe aos pais conjuntamente prover o sustento dos filhos menores, consoante preleciona o art. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 229 da Magna Carta:

Outrossim, o Código Civil, ao tratar o tema, ampliou o seu campo de abrangência, passando a pensão alimentícia a englobar as necessidades para se viver de modo compatível com a condição social do alimentando. Deste modo, na mensuração, além das necessidades básicas de habitação, alimentação, vestuário e saúde, inclui-se o mínimo para o lazer, essencial ao desenvolvimento regular e sadio do menor.

Por outro lado, a obrigação alimentar tem como pilar a fixação do valor da pensão na proporção da necessidade de quem a reclama e da possibilidade do alimentante.

Além disso, conforme destaca o civilista Yussef Said Cahali, na determinação do quantum há de se ter em conta às condições sociais da pessoa que tem direito aos alimentos, a sua idade, saúde e outras circunstâncias particulares de tempo e lugar, que influem na medida. (in *Dos Alimentos*, 4ª Edição, Editora dos Tribunais, pág. 726).

No caso, conforme dito anteriormente, a requerente necessita dos alimentos para a sua subsistência. O requerido, por sua vez, tem condições de contribuir para tanto, mas não o faz de acordo com suas possibilidades.

VIII - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, conforme dispõe o artigo 98 do CPC;
- b) a intimação do Ministério Público para acompanhar o feito;

c) A fixação de alimentos provisórios em 30% do salário mínimo vigente, a ser depositado na poupança em nome da representante do autor (**Agência n. xxxxx, Conta Poupança n. xxxx, operação xx, Caixa Econômica xxxx**), com vencimento no dia 10 de cada mês. Caso se entenda não haver prova suficiente para a fixação de alimentos provisórios, requer a reapreciação da tutela de urgência após o resultado do exame de DNA;

d) a citação do réu para comparecer em audiência de conciliação, inclusive de modo virtual, de modo que, não havendo acordo, seja o requerido intimado a apresentar contestação no prazo legal, sob pena de revelia;

e) a procedência do pedido, para declarar a paternidade do requerido em relação à parte autora, expedindo-se o ofício para o serviço registral competente (Cartório do 6º Offício de Registro Civil de xxxxxx), de modo que o autor passará a adotar o patronímico paterno, passando a se chamar: **fulano de tal**;

f) Após demonstração da real capacidade econômica do requerido e com o reconhecimento da paternidade, a procedência do pedido, a fim de fixar definitivamente os alimentos em 30% do salário mínimo vigente, a ser depositado na poupança em nome da representante do autor (**Agência n. 1985, Conta Poupança n. xxxxxxxxx**), com vencimento no dia 10 de cada mês;

g) Caso o genitor trabalhe com vínculo empregatício formal, a fixação dos alimentos no valor de 30% dos rendimentos brutos mensais, incidente sobre todas as verbas, inclusive rescisórias, deduzidos apenas os descontos legais, IRPF, INSS, incidentes sobre 13º, férias

e horas extras. O valor da pensão deverá ser descontado em folha de pagamento do

empregador e depositado mensalmente na conta bancária acima indicada, na data do pagamento do salário;

h) a condenação do executado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF - (art. 3º, da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. - BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PRODEF.

Provar-se-á os fatos por intermédio dos documentos anexos, bem como do depoimento pessoal do réu, de exame pericial de DNA e dos depoimentos das testemunhas indicadas em rol anexo.

Atribui-se à causa o valor de xxxxx (xxxxxxxx).

Nesses termos, pede deferimento.

Fulana de tal
Representante legal do Requerente

Fulano de tal
Defensor Público do XXXXX

